



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Serviço Social e Movimentos Sociais: pesquisa teórica e profissional

SERVIÇO SOCIAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: REFLEXÕES E APONTAMENTOS ACERCA DESSA RELAÇÃO

MICHELLY FERREIRA MONTEIRO ELIAS

RESUMO

Este artigo texto reflete sobre a relação entre Serviço Social, movimentos sociais e formação profissional, tendo como principal referência o atual projeto de formação profissional. Diante disso é analisado a atuação desses movimentos enquanto sujeitos de políticas públicas e o processo de coletivização das lutas acerca dos direitos sociais por meio de suas formas de atuação.

Palavras-chave: movimentos sociais; formação profissional; Serviço Social; políticas públicas; direitos.

ABSTRACT

This article reflects on the relationship between Social Work, social movements and vocational training, with the current vocational training project as the main reference. It analyses the role of these movements as subjects of public policies and the process of collectivising struggles for social rights through their forms of action.

Keywords: social movements; professional training; Social Work; public policies; rights.

1-Introdução

Este texto reflete sobre alguns dos aspectos que compõem a relação entre Serviço Social, movimentos sociais e formação profissional. Para isso temos como principal referência o conteúdo sobre a temática dos movimentos sociais previsto no atual projeto de formação profissional e nos seus princípios orientadores consolidados nas Diretrizes Curriculares de 1996.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Diante da trajetória do Serviço Social brasileiro, os movimentos sociais se tornaram conteúdo fundamental no âmbito da formação profissional a partir do processo que culminou na construção do atual Projeto-Ético-Político consolidado na década de 1990 por meio da Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão, do Código de ética da/o assistente social de 1993 e das Diretrizes Curriculares de 1996. Assim, conforme aponta Netto (2010), sob a influência predominante da tradição marxista e baseado nos princípios da defesa da liberdade como valor central de maneira associada aos compromissos da autonomia, emancipação, justiça social e consolidação da cidadania, este projeto estabeleceu as bases para a “formação de um profissional capaz de responder, com eficácia e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira – em suma, a construção de um novo perfil profissional” (Netto, 2010, p. 153).

Nesse sentido, apontamos que o estudo dos movimentos sociais no atual projeto de formação profissional prioriza a análise sobre os movimentos que dizem respeito às lutas constituídas pelos segmentos dominados da sociedade capitalista e sua relação com as particularidades das lutas de classes na realidade brasileira. Contudo, o referido tópico incorpora também um conteúdo abrangente que ao perpassar o conjunto da formação profissional, inclui três assuntos fundamentalmente, sendo eles: classes e sujeitos coletivos, enfatizando os segmentos dominados da sociedade brasileira e os movimentos em suas relações de classe, gênero e étnico-raciais; direitos sociais e humanos no Brasil; os movimentos societários de uma forma geral (ABEPSS, 1999).

Diante da abrangência desse conteúdo e considerando a centralidade que as lutas dos segmentos dominados – dentre os quais se situa centralmente a classe trabalhadora – possuem para o próprio entendimento da “questão social”¹, este texto pretende focar em reflexões que envolvem a relação desta temática com o Serviço Social e a formação profissional, tendo como referência os movimentos sociais dos segmentos dominados, ou seja, os movimentos que se constituem enquanto “uma das expressões das lutas sociais existentes contra as formas de exploração e dominação estabelecidas na sociedade burguesa” (Elias, 2024, p. 17).

¹ Em relação a essa concepção, ressaltamos que “a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, em especial, pelo Estado”. (Iamamoto, 2001, p. 17).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Assim, apontamos que diante das diversas possibilidades de análise para pensarmos a relação entre Serviço Social, movimentos sociais e formação profissional, teremos como eixo de análise neste texto a identificação de aspectos que situam os movimentos sociais dos segmentos dominados no âmbito das lutas de classes.

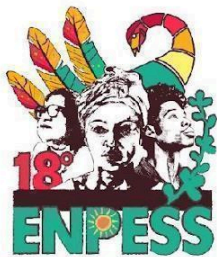
Nesse sentido, ao reconhecermos que o estudo sobre os movimentos sociais é fundamental na formação em Serviço Social, entendemos que seja fundamental estabelecermos esta discussão, visando compreender como esses sujeitos expressam e incidem dialeticamente com a dinâmica das lutas de classes em curso. Desta maneira, este será o foco das reflexões apresentadas neste texto, onde as lutas de classes não devem ser concebidas como “uma fórmula onicompreensiva”, mas que ao contrário disso, se constituem em um eixo de análise que por meio das devidas mediações nos “permite destrinchar o núcleo articulador da sociedade moderna” (Osório, 2014, p. 113).

Com base nessas demarcações teórico-conceituais, o conteúdo a ser tratado neste texto será primeiramente em relação à uma breve configuração do projeto de formação profissional em Serviço Social, considerando os seus desafios frente ao contexto da hegemonia neoliberal. Em seguida, visando apontar elementos sobre a relação entre os movimentos sociais e a dinâmica das lutas de classes, conforme prevê o conteúdo sobre este tema nas Diretrizes Curriculares de 1996, serão apontados aspectos que visam demonstrar a relação desses movimentos com a dinâmica das lutas de classes na sociedade brasileira contemporânea.

2- A formação profissional em Serviço Social no contexto adverso da hegemonia neoliberal

As determinações gerais da crise do capital em tempos neoliberais requer compreendê-la como uma crise mundial, profunda e sistemática, situando-a enquanto uma das mais acirradas do seu processo de desenvolvimento no que se refere ao aumento do desemprego, miséria, destruição do meio ambiente e precarização do trabalho. Realidade que tem como uma das suas principais consequências o aumento exponencial das históricas desigualdades socioeconômicas existentes em países como o Brasil.

Apesar da existência das diferentes conjunturas existentes no país desde a década de 1990, – período a partir do qual se deu início a hegemonia neoliberal – de forma geral a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

realidade brasileira tem se caracterizado pela piora nas condições de vida da classe trabalhadora e demais segmentos dominados, ao mesmo tempo em que há um permanente aumento da concentração da renda e da riqueza².

As determinações gerais do neoliberalismo enquanto fase contemporânea da acumulação do capital, tem se caracterizado desde o seu início – em meados dos anos de 1970 nos países de economia central e a partir dos anos de 1990 em países de capitalismo dependente como o Brasil – por um processo de reestruturação produtiva, baseado no modelo de acumulação flexível e no controle da força de trabalho por meio de “novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (Harvey, 2011, p. 140). Ao mesmo tempo em que redimensionou o papel do Estado visando possibilitar a elevação das taxas de juros conforme os interesses do capital financeiro; conceder incentivos fiscais para os grandes monopólios internacionais; criar mecanismos para aumento da superpopulação relativa; estabelecer marcos jurídicos para dificultar a realização de greves e paralisações; diminuir e focalizar o orçamento para as políticas sociais; privatizar serviços públicos e empresas estatais (Anderson, 1995).

Essa dinâmica de funcionamento estabeleceu uma permanente condição de acirramento da relação entre capital e trabalho, em que o capital financeiro se consolidou como principal forma de acumulação “fortemente ancorada em investimentos em bolsas de valores, centrados nas commodities, empresas transnacionais de exploração dos recursos naturais e tecnologias da informação [...]” (Severo, 2020, p. 17). Dentre as expressões desse acirramento está o aumento exponencial da desigualdade social, devido principalmente aos efeitos desse modelo de acumulação para o mundo do trabalho. Nesse sentido se destaca o aumento da exploração da força de trabalho através da manutenção do desemprego em massa e das novas formas de empregabilidade intermediadas pelo uso de tecnologias que estão associadas à lógica da terceirização, da prestação de serviços e da flexibilidade.

Apesar dessas consequências ocasionadas pelo domínio do capital financeiro no âmbito da economia atingir centralmente o mundo do trabalho, estas não se limitam à esfera da produção,

² No contexto da história recente do Brasil, a realidade nos mostra que em conjunturas políticas caracterizadas pelo avanço da extrema direita, essa realidade de desigualdade tende a se agravar. No último ano do Governo Bolsonaro, caracterizado por um programa econômico ultraneoliberal, dados demonstram que em 2022 havia no país 33,1 milhões de pessoas em condição de fome e 58,7% da população com algum grau de insegurança alimentar (OXFAM, 2022). Junto a isso, a concentração de renda alcançou um patamar em que os 20 maiores bilionários do país passaram a deter o equivalente à riqueza de 60% da população brasileira (OXFAM, 2022).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

alcançando igualmente a dinâmica da reprodução e do conjunto da vida social. Assim, além de controlar as finanças do Estado, o neoliberalismo também ocasiona situações como a “decomposição da classe trabalhadora e a diluição de sua cultura e de suas formas de solidariedade, o que dificulta muito a organização social [...]”. (Saad Filho; Morais, 2018, p. 244 - 245). Processo que tem se dado de maneira cada vez mais associada aos limites impostos ao regime e às liberdades democráticas, juntamente com o espraiamento de uma sociabilidade cada vez mais pautada no individualismo e na meritocracia.

Um outro aspecto característico desse contexto tem sido o permanente processo de destruição do meio ambiente e exploração de recursos naturais como água, terra, gás, petróleo e minério. Situação que vem conformando e intensificando a questão ambiental enquanto “conjunto das manifestações da destrutividade da natureza — cujas raízes encontram-se no desenvolvimento das relações de propriedade — e seus desdobramentos sociopolíticos, para os quais a ação dos movimentos ambientalistas tiveram importância fulcral”. (Silva, 2010, p. 82).

Diante disso, a conformação dessa questão ambiental tem afetado de forma cada vez mais acelerada, tanto a natureza quanto a sociedade, e em particular os segmentos dominados, onde se destaca a piora nas condições de vida das pessoas negras da classe trabalhadora. Por conta disso, um dos principais efeitos ocasionados por esta problemática tem sido o aumento de problemas e dificuldades de acesso a necessidades humanas elementares por parte desses segmentos, como: “acesso à terra, água potável, proliferação de ocupações e moradias em locais sujeitos a deslizamento de terras, alagamento e doenças, armazenamento de lixo de modo inadequado próximo a comunidades pauperizadas etc. ” (Santos; Melo da Silva; Silva, 2022, p. 7)

Diante desses diferentes aspectos da realidade contemporânea, vemos como o neoliberalismo tem afetado diversos aspectos da vida em sociedade, onde se destaca de uma forma geral o aumento das desigualdades, a perda de direitos, a restrição de serviços públicos, o desgaste do regime democrático e avanço das formas de exploração da força de trabalho humana e da natureza.

Contudo, foi nesse contexto adverso iniciado desde a década de 1990 e que vem se acirrando na atualidade conforme os elementos abordados, que o Serviço Social brasileiro conseguiu estabelecer as bases do seu atual Projeto Ético-Político que ao ter os princípios



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

orientadores mencionados na introdução deste texto, se caracteriza pela construção de um projeto profissional crítico conforme sintetizado por Guerra (2007).

Nesse sentido, a autora aponta que ao estar baseado no elemento de unidade entre teoria e prática, o referido projeto possibilita uma visão crítica do cotidiano e aponta para um compromisso permanente com a competência profissional que ultrapassa as demandas burocráticas e institucionais. Desta forma, ele se coloca como um projeto intimamente vinculado à defesa dos direitos sociais, ao mesmo tempo em que situa em um campo de permanente tensionamento com o capital e o neoliberalismo.

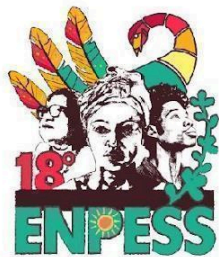
Frente a isso, a profissão tem enfrentado no contexto neoliberal inúmeras batalhas pela defesa dos compromissos que compõem o seu atual projeto profissional.

No âmbito da formação, o Serviço Social tem se deparado com uma multiplicidade de desafios que estão permeados pela tensa e contraditória relação estabelecida entre a configuração da política de educação superior e a perspectiva de uma formação profissional vinculada a um projeto profissional crítico que respalda a construção de um exercício profissional competente e comprometido com a democratização da vida social e do poder político e econômico. (Guerra, 2007).

Desde o início do neoliberalismo no país se estabeleceu um processo de privatização de grande parte dos serviços públicos, – conforme abordado anteriormente – juntamente com o desfinanciamento e a focalização das políticas sociais. Como parte dessa realidade a política de educação superior passou a ser significativamente precarizada com vistas à privatização, gerando um mercado extremamente lucrativo para poderosos oligopólios do setor empresarial que atuam nesta área³.

Como expressão do poder econômico exercido por essas grandes empresas ressalta-se que 88,4% do total das Instituições de Ensino Superior (IES) no país são privadas, enquanto 11,6% são públicas, conforme dados divulgados pelo INEP (2020) no relatório do Censo da Educação Superior de 2019. Não por acaso, as maiores empresas do setor educacional conseguem exercer um poder político permanente sob o Estado brasileiro, o que se demonstra tanto na existência de leis de isenções fiscais que beneficiam esse segmento, quanto no financiamento de bolsas de estudos em

³ A síntese de Cruz; Paula (2018) aponta que o setor do ensino superior privado no Brasil movimenta em média um montante anual de R\$ 15 bilhões de reais. Dentre esses principais oligopólios estão o grupo Kroton (atual Cogna Educação), Estácio e Unip.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

IES privadas com financiamento público, a exemplo do Programa Universidade para Todos (PROUNI) criado em 2004.

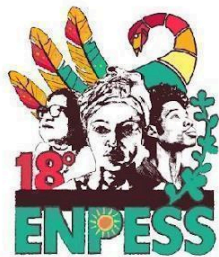
Frente a esse contexto de fragilização da educação enquanto um direito social, os desafios em torno da educação superior no Brasil têm se aprofundado e se complexificado historicamente. Principalmente por conta dos sucessivos cortes orçamentários⁴ que estão associados ao permanente projeto de privatização.

Em meio a essa realidade adversa que atinge tanto a educação como um todo, quanto as universidades públicas e a formação profissional das diferentes áreas de conhecimento, encontram-se os Cursos de Serviço Social, que têm como base as Diretrizes Curriculares construídas e aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em conjunto com a categoria profissional em 1996.

Essas diretrizes tiveram como referência inicial as mudanças estabelecidas no âmbito da profissão a partir do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 1979, e a revisão curricular de 1982 que proporcionaram diversos debates e reformulações em relação à formação profissional em Serviço Social. Posterior ao acúmulo adquirido através desses dois processos, associado ao contexto de reformulações acerca do próprio projeto profissional, se estabeleceram as condições para a aprovação do que viria a ser o “currículo mínimo” das diretrizes curriculares, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da ABEPSS em 8 de novembro de 1996.

Os fundamentos dessa revisão curricular tiveram como base o vínculo com a trajetória e o projeto profissional que ao construírem um processo de superação da hegemonia conservadora no Serviço Social a partir do Congresso de 1979, construíram um Projeto Ético-Político baseado em princípios já mencionados anteriormente e vinculado à construção de uma nova ordem social. (Netto, 2010).

⁴ Diante do histórico recente de profundos cortes orçamentários para a educação pública e o ensino superior nos Governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019 – 2022) o orçamento do atual Governo Lula (2023 – 2026) destinado à educação ainda é insuficiente para recompor as perdas dos últimos anos. Conforme reportagem divulgada no site do SINTETFAL (2024, online): “No final de 2023, a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) manifestou sua indignação com o orçamento aprovado para as universidades federais em 2024, revelando um corte de R\$ 310 milhões. As entidades ligadas à educação têm alertado consistentemente sobre a crise crescente nas universidades do país. Entre 2010 e 2021, os cortes no orçamento para custeio foram de 37%, enquanto os investimentos sofreram uma redução de cerca de 70%”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Diante dessa trajetória e na contramão da hegemonia neoliberal, o Serviço Social brasileiro construiu por meio das Diretrizes Curriculares de 1996 as bases de uma formação profissional profundamente vinculada a esse Projeto Ético-Político.

Nesta perspectiva, a formação profissional se constituiu fundada na teoria crítica, voltada para a análise da realidade, em particular da realidade brasileira, e comprometida com uma atuação profissional crítica de caráter investigativo e interventivo. Desta maneira, as Diretrizes Curriculares foram elaboradas visando materializar e orientar uma concepção de formação voltada para o “aperfeiçoamento e consolidação de uma direção progressista e de formação de profissionais críticos e competentes teórica, ética, técnica e politicamente [...]”. (Lima; Pereira, 2009, p. 42).

Diante dessa concepção de formação, a profissão passou a enfrentar inúmeros desafios em âmbitos político-pedagógicos, institucionais e jurídico-legais. Principalmente no que diz respeito ao enfrentamento das medidas de mercantilização e desqualificação da formação profissional voltadas exclusivamente para o atendimento das demandas do mercado de trabalho.

Por outro lado, identificamos que diante dos desafios colocados pelas determinações do contexto neoliberal, uma das principais potencialidades do atual projeto de formação profissional diz respeito à lógica curricular e ao conteúdo previsto nas Diretrizes Curriculares que estrutura o conteúdo da formação através dos núcleos de fundamentos teórico-metodológico da vida social; fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional.

Como parte deste conteúdo se encontra enquanto tópico de estudo o tema “Classes e movimentos sociais”, conforme consta a seguir:

As teorias sobre classes sociais e sujeitos coletivos. A estrutura de classes na sociedade brasileira enfatizando as classes subalternas em suas condições de vida, trabalho, manifestações ideológicas e socioculturais. Direitos sociais e humanos do Brasil. Movimentos sociais em suas relações de classe, gênero e étnico-raciais. Identidade e subjetividade na construção dos movimentos societários. Importância e significado do terceiro setor (ABEPSS, 1999, p. 6).

Com base neste conteúdo, que deve ser o eixo orientador para os Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social no Brasil, identificamos nessa ementa três assuntos fundamentais, que são: classes e sujeitos coletivos, enfatizando os segmentos dominados da sociedade brasileira e os movimentos em suas relações de classe, gênero e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

étnico-raciais; direitos sociais e humanos no Brasil; os movimentos societários de uma forma geral (ABEPSS, 1999).

Contudo, ao situarmos esse conteúdo no todo das Diretrizes Curriculares, identificamos a importância de forçarmos no assunto que trata dos movimentos sociais dos segmentos dominados e sua relação com a dinâmica das lutas de classes. Pois entendemos que este deve ser um dos eixos de análise que nos possibilita apreender como esses movimentos expressam e ao mesmo tempo interferem na dinâmica das lutas de classes, e desta maneira na própria constituição da “questão social”.

Diante desses elementos, trataremos a seguir de aspectos que ao nosso ver demonstram a relação desses movimentos com a dinâmica das lutas de classes no âmbito da realidade brasileira contemporânea.

3- Movimentos sociais dos dominados e lutas de classes: uma perspectiva de análise a partir da formação profissional em Serviço Social

Do ponto de vista teórico-conceitual os movimentos sociais dos segmentos dominados são concebidos como uma forma de luta social que contestam os interesses das classes dominantes. Além disso, se caracterizam por envolver dimensões de organização coletiva; de contestação das relações de dominação, opressão e exploração estabelecidas na sociedade; e de reivindicação com vistas ao acesso e ampliação dos direitos de cidadania. Desta forma, se caracterizam no contexto contemporâneo por meio de “ações que reivindicam a manutenção ou melhorias nas condições de vida, relacionadas a questões diversas (educação, saúde, habitação, transporte, recapeamento, segurança, saneamento, carestia, vítimas de violência policial, e outros direitos sociais, etc)” (Souza, 2011, p. 198).

Conforme Lojkin (1997), esses movimentos adquirem identidade própria, ou seja, se “põem em movimento” no contexto das lutas de classes a partir da base social que organizam e da sua forma de organização e ação frente ao desafio político que se depara em um determinado contexto.

Do “pôr-se em movimento” ao “desafio” político. A primeira dimensão de nossa definição permite, portanto, diferenciar os movimentos sociais de acordo com a relação mantida entre a “base social” e a “organização” que a “pôs em movimento”. Não se poderá, contudo, definir a natureza sociológica desse movimento enquanto não se conhecer o tipo de relação que mantém entre si e as práticas ideológicas e políticas da organização e as da base social (Lojkin, 1997, p. 319).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Historicamente no Brasil, a atuação de movimentos sociais como o movimento negro desde o período entre o final do século XIX e início do século XX⁵ teve um papel fundamental enquanto formas de resistência frente ao sistema de dominação e para a conquista de direitos para a classe trabalhadora e demais segmentos dominados.

Considerando o histórico da colonização e da escravização da população negra e tendo como referência a forma como capitalismo se desenvolveu no Brasil, principalmente a partir da consolidação da ordem monopólica durante a ditadura empresarial-militar de 1964-1985, a ordem burguesa no país foi se consolidando e se fortalecendo sem a realização de reformas sociais – como a reforma agrária, urbana, educacional e tributária – visando ampliar os direitos de cidadania, mesmo que nos moldes formais do próprio capitalismo. Ao contrário disso, o Brasil consolidou um modelo de dominação sustentado no conservadorismo e no autoritarismo das classes dominantes, associado a uma lógica de restrição de direitos de cidadania.

Conicionados por essa realidade, esses movimentos adquiriram uma significativa importância política no país desde o final da década de 1970, defendendo as liberdades democráticas e reivindicando questões acerca da igualdade de gênero, étnico-racial, por liberdade sexual, participação política, moradia, terra, educação, democracia e reformas sociais. Assim, em um contexto de acirramento das contradições geradas pela consolidação do capitalismo monopolista sob o regime ditatorial, eles passaram a contribuir sistematicamente com o processo de denúncia e explicitação das contradições e desigualdades geradas pela lógica de acumulação do capital engendrada nos marcos da formação social brasileira.

Ao analisar esse período Elias (2024, p. 196) coloca que:

[...] esses movimentos passaram a ter no âmbito das lutas de classes a partir desse período, seja por organizar e mobilizar diversos segmentos que enfrentavam situações de desigualdade e opressão, seja pelo fato de que, no capitalismo brasileiro, as lutas por direitos e reformas, principalmente quando associadas a formas autônomas de luta e organização, foram adquirindo um caráter popular e fortemente contestador do modelo de dominação estabelecido.

Essa trajetória de atuação fez com que o movimento negro, feminista, estudantil, indígena, ambientalista, de luta pela terra, em defesa da saúde pública, por moradia, pela diversidade sexual e dentre outros, se tornassem parte importante da dinâmica das lutas de

⁵ Em relação à atuação do movimento negro nesse período, Duriguetto; Montañó (2011, p. 282) apontam que “as primeiras expressões do Movimento Negro podem ser identificadas no final do século XIX, período em que já circulavam vários jornais voltados para a população negra com o objetivo de denunciar a discriminação racial”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

classes no Brasil até os dias atuais, principalmente a partir do contexto neoliberal desde a década de 1990.

Assim, em um contexto caracterizado pela perda de direitos e privatização de parte dos serviços públicos, associado à um processo de fragilização do movimento sindical, – devido às mudanças no mundo do trabalho ocorridas por meio da reestruturação produtiva – esses movimentos passaram a cumprir importante papel de luta contra o avanço da lógica neoliberal.

Ao analisar a atuação desses movimentos nesse contexto, Tatagiba; Abers; Silva (2018, p. 106) apontam:

Os conflitos que os movimentos produzem, e em torno dos quais eles se estruturam, apresentam uma especificidade: eles extrapolam o âmbito restrito dos conflitos de interesses ou de demandas pontuais no interior dos subsistemas nos quais atuam e se vinculam diretamente às disputas relacionadas à forma de organização da vida em sociedade. Ou seja, movimentos sociais que atuam no sentido da transformação ou da manutenção de políticas públicas sempre expressam conflitos mais amplos, relacionados às diferentes concepções (projetos políticos) sobre como a sociedade deve ser organizada.

Nesse sentido, identificamos que ao apreendermos este papel, situamos a forma como os movimentos sociais dos dominados se situam no âmbito das lutas de classes no contexto contemporâneo da realidade brasileira.

Diante da significativa produção bibliográfica⁶ que o Serviço Social tem elaborado sobre a temática dos movimentos sociais (em que uma dos principais exemplos é o importante trabalho de estudos, sistematizações e debates que o GTP de Movimentos Sociais e Serviço Social da ABEPSS tem realizado), onde identificamos um predomínio deste debate de maneira inter-relacionada com a dinâmica das lutas de classes, ressaltamos a importância que o estudo desta temática sob esta perspectiva possui para a formação em Serviço Social.

⁶ Para citar algumas dessas produções, ressaltamos contribuições como: ABRAMIDES, Maria Beatriz. Serviço Social e lutas sociais: desafios profissionais em tempos de barbárie. *Revista Temporalis*. ABEPSS, Ano 21, n. 41, p.19-33, 2021. ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia. (Orgs.). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014. DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. *Estado, Classe e Movimento Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica Serviço Social). ELIAS, Michelly Ferreira Monteiro. Movimentos populares, políticas públicas e direitos de cidadania no Brasil. *Revista Temporalis*. Brasília, ano 22, n. 44, p. 319-334, jul./dez. 2022. FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 135, p. 346-363, maio/ago, 2019. LOPES, Josefa Batista. A relação serviço social – movimento social: indicações para um estudo. *Revista Serviço Social e Movimento Social*. São Luis: EDUFMA, v. 1, n. 1, p. 7-20, 1999. QUEIROZ, Eliani. Os movimentos sociais e o ativismo no Brasil no embate com o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro. *Revista Movimentos Sociais*.v. 04, n. 06, Jan./Jun. 2019. MARRO Katia et. al. Questão social e lutas sociais nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social. *Temporalis*, Brasília, ABEPSS, Ano 21, n. 42, p. 261-276, jul./dez. 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Com base nesta constatação, identificamos três aspectos⁷ que indicam a forma como os movimentos sociais tem se relacionado com a dinâmica das lutas de classes frente às determinações do contexto neoliberal.

Um primeiro aspecto diz respeito ao fato de que desde as mudanças ocorridas no mundo do trabalho no neoliberalismo, – que colocaram novos e complexos desafios para a organização da classe trabalhadora através do movimento sindical, conforme indicado acima – os movimentos sociais passaram a desempenhar um papel fundamental de organização de diferentes segmentos desta classe e demais segmentos dominados. Nesse sentido, se destacam os sem-terra, sem-teto, pequenos agricultores rurais, juventude negra das periferias, trabalhadores/as desempregados/as, mulheres, populações indígenas, populações atingidas pelos grandes empreendimentos, população negra, dentre outros.

Com isso, ao resgatarem uma identidade com base no reconhecimento das condições de dominação vivenciadas, – não sem enfrentarem inúmeras dificuldades e contradições internas e estabelecidas pela própria dinâmica das lutas de classes – esses movimentos também coletivizam a luta e a construção de formas de superação dessa condição. Por isso, ao mobilizarem e organizarem suas bases sociais possibilitam a formação de consciências que se reconhecem na luta coletiva com vistas a superar a visão de uma existência – e dos seus problemas – exclusivamente individual.

Nesse processo, nos chama a atenção a potencialidade que a maioria dos movimentos populares possuem de contribuir com a formação da consciência político-ideológica de diferentes segmentos dos dominados pelo viés da luta por direitos articulada ao questionamento das relações de dominação e exploração. Ao fomentar essa possibilidade da construção de uma consciência política-ideológica baseada no reconhecimento e defesa dos seus próprios interesses e necessidades, os movimentos sociais se situam no terreno da disputa da consciência e das visões de mundo dos segmentos dominados, dentre os quais se encontra centralmente a classe trabalhadora.

Um segundo aspecto que é possível indicar diz respeito ao papel que os movimentos sociais exercem enquanto sujeitos de políticas públicas junto ao Estado no contexto contemporâneo.

⁷ Esses aspectos também foram abordados na seguinte bibliografia: ELIAS, Michelly Ferreira Monteiro. Potencial de atuação dos movimentos populares frente à ofensiva da extrema direita no Brasil. Revista de Políticas Públicas, v. 27, n. 2, p. 678 - 697.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

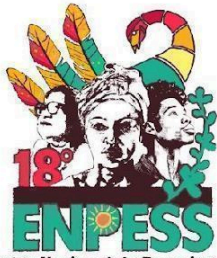
Principalmente desde o final da década de 1970, ao se organizarem e se mobilizarem em torno de reivindicações como direito a terra, trabalho digno, moradia, transporte, arte e cultura, saúde pública, educação de qualidade, diversidade sexual, igualdade racial e de gênero; os movimentos sociais têm atuado principalmente por meio das táticas da pressão e da negociação para que o Estado brasileiro crie, regulamente e/ou amplie um conjunto de políticas públicas que atendam a essas demandas. Entretanto, estas não dizem respeito exclusivamente às necessidades das bases sociais que os movimentos organizam, mas abarcam um conjunto de demandas de diferentes segmentos da classe trabalhadora e demais segmentos dominados. Desta forma, quando essas reivindicações são atendidas de alguma maneira pelo Estado, enquanto resultado das lutas empreendidas por esses movimentos, elas beneficiam amplos segmentos da sociedade ultrapassando em muito o atendimento das necessidades dos segmentos específicos que lutam por elas.

Ademais, por meio dessas ações, os movimentos também contribuem para tensionar a mediação do Estado no âmbito das políticas públicas. Seja em relação a que tipo de políticas esse Estado prioriza e a quais segmentos ele beneficia com isso, ou para quais políticas destina a maior parte do seu orçamento e quais políticas precariza e/ou extingue. Com isso, ao atuarem enquanto sujeitos das políticas públicas, os movimentos sociais acabam se inserindo em uma disputa com diferentes segmentos das classes dominantes em relação à forma como o Estado desempenha o seu papel enquanto principal organizador do sistema social frente à dinâmica das lutas de classes em curso.

O terceiro aspecto que é importante apontar tem relação com a disputa ideológica que os movimentos sociais desempenham na sociedade quando tornam problemas inicialmente vivenciados na esfera individual e familiar (falta de moradia; não acesso à terra; desemprego; discriminação racial, de gênero e sexual; impossibilidade de acesso aos equipamentos públicos; restrito acesso à saúde e à educação; aumento e banalização da violência) em problemas coletivos a partir dos quais a luta social é constituída.

Desta maneira, esses movimentos explicitam a existência e as consequências da abissal desigualdade socioeconômica que vem se aprofundando no contexto neoliberal, e a partir disso buscam encontrar saídas coletivas para problemas que são comumente vivenciados como se fossem exclusivamente individuais.

Para isso, atuam exercendo o direito de manifestação e organização coletiva, realizando ações como mobilizações de rua, ocupações, plebiscitos, uso de novas tecnologias,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

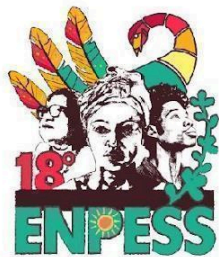
articulações políticas, publicação de cartas, notas e relatórios técnicos, ações diretas de denúncia, dentre outras. Desta forma, eles mobilizam suas bases sociais, explicitam suas reivindicações e bandeiras de luta para a sociedade, ao mesmo tempo em que pautam a legitimidade e a importância que a luta social tem para a conquista de direitos e para o próprio fortalecimento da democracia. Ao fortalecerem essa ideia na sociedade de que a luta social é legítima e necessária, esses movimentos contribuem centralmente para demonstrar que saídas ultraconservadoras, como as que a extrema direita propõe para enfrentar as consequências da atual crise do capital, só podem ter como resultado o aprofundamento das desigualdades que penalizam a grande maioria da população.

Assim, ao considerarmos esses três aspectos, indicamos que este é um exercício de análise – dentre outros possíveis – que diante das determinações que permeiam a sociedade brasileira contemporânea, materializa o conteúdo e a perspectiva orientadora do estudo sobre os movimentos sociais conforme está previsto no atual projeto de formação profissional em Serviço Social.

4- Conclusão

Este texto buscou refletir sobre alguns dos aspectos que compõem a relação entre Serviço Social, movimentos sociais e formação profissional, tendo como referência o conteúdo sobre a temática dos movimentos sociais previsto no atual projeto de formação profissional e nos seus princípios orientadores consolidados nas Diretrizes Curriculares de 1996. Diante deste percurso e tendo referência o atual projeto de formação profissional, apontamos três aspectos que ao nosso ver, demonstram a relação dos movimentos sociais com a dinâmica das lutas de classes, entendendo que este é um eixo de análise que deve ser privilegiado em relação à esta temática, uma vez que as lutas de classes estão dialeticamente vinculadas à constituição e às expressões da “questão social”.

Nesse sentido, o primeiro aspecto identificado foi que os movimentos sociais passaram a desempenhar um papel fundamental de organização de diferentes segmentos desta classe e demais segmentos dominados no neoliberalismo. O reconhecimento disso, nos possibilita no âmbito da formação profissional, desvelar e aprofundar o conhecimento sobre a configuração atual desses segmentos sociais com os quais a/o assistente social trabalha e aos quais se vincula na perspectiva da defesa dos seus direitos por meio da atuação profissional.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O segundo aspecto apontado foi em relação ao papel que os movimentos sociais exercem enquanto sujeitos de políticas públicas. Processo que ao ser reconhecido e debatido no espaço da formação profissional, contribui para o entendimento da dinâmica política, econômica e social que envolve a elaboração, o orçamento e a execução de políticas públicas com as quais a/o assistente social trabalha de forma predominante, principalmente quando se considera as políticas públicas sociais.

Por fim, o terceiro aspecto elencado foi sobre a disputa ideológica que os movimentos sociais desempenham na sociedade ao coletivizar por meio da luta social problemas tidos como unicamente individuais. Assim, ao fazer essa disputa, esses movimentos estabelecem por meio da sua *práxis* um debate na sociedade que envolve necessariamente a defesa da democracia, da justiça social, dos direitos de cidadania e da dignidade humana. Questões para as quais o sistema capitalista não possui respostas efetivas e que estão diretamente ligadas aos valores e princípios orientadores do atual Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Diante desses aspectos que demonstram a relação dos movimentos sociais com as lutas de classes, vemos um amplo campo de possibilidades que se abre para o estudo dos movimentos sociais no âmbito da formação profissional em Serviço Social. Contudo, seguir aprofundando essas reflexões por meio de mediações que possibilitem a análise permanente das complexidades acerca da “questão social”, da realidade brasileira e da própria profissão através do estudo desta temática, é um desafio que está colocado e que para avançar no sentido do fortalecimento do atual projeto profissional, precisa ser enfrentado como prioridade pelo conjunto da categoria profissional.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, 1996.

Disponível

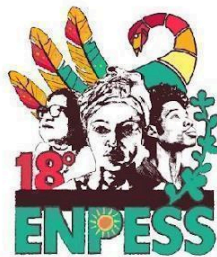
em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf

Acesso

em: 30 mai. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes Curriculares. Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social**. Ministério da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Educação, Brasília, 1999. Disponível em:
https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311140412406970.pdf Acesso
em: 31 mai. 2024.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.

CRUZ, Andreia Gomes da; PAULA, Maria de Fátima Costa de. Capital e poder a serviço da globalização: os oligopólios da educação superior privada no Brasil. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 365-376, dez. 2018.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica Serviço Social).

ELIAS, Michelly Ferreira Monteiro Elias. Elementos do debate sobre lutas de classes, movimentos sociais e direitos na formação profissional em Serviço Social. In: GHIRALDELLI, Reginaldo; ELIAS, Michelly (orgs). **Diretrizes Curriculares e formação em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2024.

GUERRA, Yolanda. O Projeto Profissional crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. n. 91. Ano XXVIII. Edição Especial. São Paulo: Cortez, 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, Ano 2, n. 3, p 9 – 32, jan./jun. 2001.

LIMA, Kátia Regina de Souza; PEREIRA, Larissa Dahmer. Contra reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v.15, p. 31-50, 2009.

LOJKINE, Jean. O problema de definição do movimento social. In: **O Estado capitalista e a questão urbana**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARRO Katia et. al. Questão social e lutas sociais nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, Ano 21, n. 42, p. 261-276, jul./dez. 2021.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo, Cortez, 2010.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

OXFAM. **Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas.** Oxfam Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas>. Acesso em: 22 mar. 2023.

OXFAM. **A desigualdade mata.** Oxfam Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/a-desigualdade-mata>. Acesso em: 23 mar. 2023.

PORTES, Melissa Ferreira. et al. A formação profissional em Serviço Social nos cursos presenciais: particularidades da realidade paranaense. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**, 3th, 2019, Londrina. *Anais do III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos*, Londrina: 2019. p. 1- 12.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

SANTOS, Josiane; MELO DA SILVA, Everton; SILVA, Mylena da. Racismo ambiental e desigualdades estruturais no contexto da crise do capital. **Temporalis**, Brasília – DF, ano 22, n. 43, jan./jun, 2022, p. 158 -173.

SEVERO, Denise Osório. Impactos da ascensão dos movimentos de extrema direita sobre os Direitos Humanos no contexto do Brasil: uma proposta de matriz de análise. **Revista Eletrônica Interações Sociais**. Rio Grande, n. 1, v.4, p. 14-29, jan./jun.2020.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, Davisson Charles Cangussu de. Lutas sociais e tradições de luta no Brasil nos anos 2000. **Lutas sociais**, São Paulo, n.25/26, p. 191-205, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011.

SINTETFAL. **Orçamento de 2024 para universidades agrava crise na educação brasileira, 2024.** Disponível em: <https://www.sintiefal.org.br/2024/01/orcamento-de-2024-para-universidades-agrava-crise-na-educacao-brasileira/>. Acesso em: 02 jun. 2024.

TATAGIBA, Luciana; ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. In: PIRES, Roberto; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V.E de (orgs). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília, DF: Ipea/Enap, 2018